

**A Comunicação Organizacional na era do neoliberalismo:
a rota da perda de qualidade no ensino superior**

Germano A. Azambuja

Resumo: Procura-se, nesta Comunicação, demonstrar as contradições entre as práticas neoliberais incrustadas, hoje, na sociedade brasileira, e a realidade do ensino superior das Ciências da Comunicação, especialmente da Comunicação Organizacional. No âmbito da organização pública de ensino, neste novo contexto, se estabeleceram mecanismos que, além de não proporcionarem a dinamização propalada pelo discurso do neoliberalismo, tornaram todo o sistema ainda mais travado e incoerente.

Palavras-chave: Comunicação, Comunicação Organizacional, ensino, qualidade, neoliberalismo, globalização.

A Comunicação Organizacional na era do neoliberalismo: a rota da perda de qualidade no ensino superior

Germano A. Azambuja¹

Desde quando se instalou no País como solução redentora ao controle inflacionário e como condição necessária ao ingresso do Brasil no chamado mundo globalizado, a doutrina política denominada de neoliberalismo disseminou, pelo menos no nível do seu discurso, a necessidade da privatização a qualquer custo, que conduziria, no âmbito da produção de bens e serviços, à competitividade e à eficiência. Com isso, tornou sem sentido, tanto o sistema de mediações daquilo que na década de 80 se denominava como empresa ultramoderna (PAGÈS, 1987: 15, 26-28 e 80), quanto a mediação implícita que as estruturas do poder público impunham ao funcionamento da economia nacional, seja na correlação de remunerações entre ela e o setor privado, seja na possibilidade de funcionar como referencial de qualidade para muito do que pudesse ser oferecido pela iniciativa particular.

A dinâmica neoliberal, com suas táticas de administração prestidigitadora (AZAMBUJA, 2005-A), fez pensar que todos os setores da sociedade usufruiriam dos ganhos proporcionados por essa nova dinâmica social, tanto pela fartura na oferta de bens e serviços, quanto através da qualidade que tal abundância, inevitavelmente, traria. Ianni nos ensina que o capitalismo, mais do que um modo de produção, é um processo civilizatório (IANNI, 2002: 27-51). No erguer de uma civilização, por isso mesmo, para além da defesa de um conjunto de teorias político-econômicas baseadas meramente em efeitos demonstrativos, é vital que esse processo seja igualmente baseado na construção do convencimento, lastreada na prevalência de um discurso — e na ideologia contida nele — que esquente corações e esfrie mentes. E sabemos o quanto de teleologia a ordem do discurso contém, principalmente quando se trata de intentar, encetar ou perpetuar estratégias de dominação (FOUCAULT, 1998).

Vitória do sistêmico

O desenho, a busca e a consecução da hegemonia nos termos conceituados por Gramsci (GRAMSCI, 1986), se bem que ocultada pela fala neoliberal, não é — e nunca foi — do desconhecimento da comunidade acadêmica, posto não estar ela privada de análises consistentes, sejam de ordem hermenêutica, sejam de cunho histórico (*Cf.* ANDERSON, in: SADER et al, 1995: 9-28). A inércia em reagir contra um processo — que se em certa medida trouxe alguns benefícios específicos à produção de bens e serviços,

¹ Jornalista, professor, comunicador social, Ms, Dr.

solapou a reflexão e manietou a consciência crítica — permitiu que a doutrina neoliberal instalasse uma dicotomia nociva que divide agora, principalmente no âmbito da Universidade Pública, a produção de saber em dois campos opostos e irreconciliáveis: de um lado, a perspectiva — até pelo conhecimento já acumulado — da dialogicidade arejada em sala de aula e, de outro, a prática administrativa interna, dentro dos moldes de um sistemismo no qual a própria comunicação se torna impossível (LUHMANN, 1993 e 1997).

Na dinâmica de um neoliberalismo que, a despeito do discurso de reorientação político-ideológica disseminado pelo atual governo em nível federal, insiste em impor os seus métodos, a Universidade pública de maneira geral, e o ensino da Comunicação Organizacional, de modo particular, não obtiveram, portanto, o mais tênue benefício. Por seu turno, a saga neoliberal rumo à hegemonia pretendida conseguiu transformar o estudante de nível superior da instituição privada, em apenas um fator contábil de remuneração do capital² — via concorrência, é útil que se diga —, enquanto os conteúdos a ele disponibilizados são, em sua grande maioria, reduzidos a tolices pseudoteóricas que obedecem apenas a outros esquemas comerciais paralelos (*Cf.* BUENO, 2005; SHAPIRO, 1999; MICKLETHWAIT et al., 1998; e WOOD JR., 1997). Nesse novo cenário, a organização pública de ensino, não só perdeu a sua capacidade de mediar qualidade, como não teve ânimo, até o momento, para dinamizar sua administração no sentido de fazer frente a esse emagrecimento qualitativo. Desamparada pelo próprio poder público do qual faz parte, foi o lado que mais perdeu.

O organizacional como referencial

Tendo como objeto de estudo as relações interpessoais e mediadas em empresas e instituições, a Comunicação Organizacional, campo multidisciplinar com vínculos indeléveis com as Ciências da Administração (AZAMBUJA, 2003), emerge como fator importante ao entendimento desse processo. Mas salvo as reflexões ainda existentes em muitos nichos da Universidade Pública e em alguns outros, dos âmbitos confessionais e fundacionais que ainda trabalham com seriedade os processo comunicacionais no organizacional, esta área tem se especializado em apologizar o superficial, o ameno, o utilitário e até, pasmemos-nos, o esotérico,³ através de, por exemplo, conceituações como as da chamada “responsabilidade social” (AZAMBUJA, 2005-B). E esse trombetear de modismos gerenciais tem contaminado o ensino da Comunicação nas empresas e instituições, reduzindo-o ao mesmo comercial que, pelo menos no nível do discurso professado desde sempre pela instituição pública, ele tanto condena.

Amordaçada, a Universidade estatal aceita com resignação o seu calvário de sucateamento. No âmbito específico do Estado de São Paulo, no qual a prática neoliberal é exercitada sem muitos eufemismos,⁴ instituições como a USP parecem não perceber os sinais dos tempos. Seu sistema de remuneração e carreiras de professores, por exemplo, ao mesmo tempo em que impede seu embarque na disputa pelas melhores “cabeças do mercado” (e mesmo a manutenção de algumas, que já pertencem aos seus

² Salvo pelas exceções conhecidas que, pela penúria financeira que experimentam, confirmam a regra.

³ No sentido dado ao termo pelo ocultismo.

⁴ O governador do Estado, hoje candidato à presidência da República, vem fazendo, sem meias palavras, a defesa do Estado mínimo, julgando que a dinâmica social só encontrará o seu devir pelas forças da iniciativa privada. E a sua prática não tem sido diferente. Para nós, o lado mais concreto dessa práxis pode ser medido pelo seu veto ao aumento de verbas para as Universidades estaduais paulistas que as mudanças na partilha do bolo do ICMS (aumento de 9,57 para 10 por cento) proporcionariam. Assim, impediu que as instituições públicas de ensino superior contassem com uma parte dos 500 milhões de reais a serem destinados à educação em São Paulo, em todos os níveis. (*Cf.* TORRÃO & ROBIM, ref. Internet).

quadros), está imerso em uma regulamentação ultrapassada, paquidérmica e estática que, ao contrário de proteger a excelência de suas práticas acadêmicas — como é possível identificar em seu discurso — tem levado ao esvaziamento do seu corpo docente, que carrega consigo tradição, experiência e idéias e, com elas, reflexão e capacidade crítica. Nem o lado dinâmico propalado pelo neoliberalismo e cultuado pela globalização, ao que tudo indica, aportou nas organizações públicas do ensino superior nacional.

Remuneração pífia

Então vejamos. Um professor doutor com regime de 12 horas semanais faz jus, pela última tabela de remuneração da USP,⁵ a R\$ 956,68; se a titulação for de mestre, o salário cai para R\$ 683,99 e se o docente for apenas especialista seu contracheque exibirá um salário bruto de humilhantes R\$ 462,20. Para o regime de 24 horas semanais um doutor receberá R\$ 2.428,45, um mestre R\$ 1.736,25 e um especialista R\$ 1.173,26. Algo que assegure a sobrevivência de modo mais efetivo só vai ser encontrado na tabela de 40 horas semanais: doutor R\$ 5.519,11, mestre R\$ 3.945,96 e especialista R\$ 2.666,46. É claro que existem salários maiores, chegando ao máximo de 7.933,47, para um professor titular, sem contar outros benefícios que só o tempo de casa proporcionará. Mas este deverá ter titulação mínima de livre-docente (que só pode ser obtida nas próprias Universidades estaduais paulistas), além de experiência e reconhecimento, conquistados ao logo de décadas.

Os iniciantes, portanto, poderão merecer pouco mais do que um salário mínimo. Caso conquiste a ventura de uma vaga para 40 horas semanais, e possua doutorado, este novato receberá um salário, diga-se a bem da verdade, ajustado a um mercado como o brasileiro. Mas será propriedade exclusiva da instituição, não podendo exercer quaisquer atividades, de qualquer natureza, em nenhuma outra organização, pública ou privada. Convenhamos que aí sua remuneração se torna pequena, em face do investimento que um professor tem de fazer na sua formação para alcançar o status de professor doutor. Além do mais, sua experiência profissional ficará privada da necessária retroalimentação que somente as outras instâncias da produção nas quais atua — e mesmo o chamado *mundo da vida* (HABERMAS, 1986) — podem oferecer e que são, em última instância, os principais insumos da sua carreira docente.

A exigência arrogante dessa exclusividade só convém mesmo, de novo, ao discurso neoliberal (que a quer somente para um ensino público, que sonha em privatizar) e ao próprio ensino de uma Comunicação Organizacional despartada da realidade, no qual a ilusão tem maior peso do que a reflexão; no qual, por isso, a função de “administrar percepções” dentro de uma perspectiva dialética (KUNSCH, 2003: 89 e 1999: 83) se esvai. Nesse contexto, a consistência teórica terá sempre como barreira uma muda e insensível prática sistêmica. E a inevitável resultante será a tautologia de um ensino paradoxal, estabelecendo silogismo com uma pesquisa incompleta... e de finalidade questionável.

Conclusão

A realidade das demais instituições de ensino superior públicas do País é, salvo melhor juízo, idêntica. E não adianta o Governo Federal se vangloriar em incrementar o seu quantitativo com a criação de novas Universidades, se o seu funcionamento continuar pautado numa práxis podadora e imobilista. Leio no *Jornal do Campus* — publicação da USP destinada a servir como “jornal-escola” — que medidas estão sendo reivindicadas para que mudanças sejam tomadas no sistema de ascensão do seu corpo

⁵ Disponível em <<http://www.usp.br/drh/>>. Acesso em 12 abr., 2006.

docente. Mas nada se fala quanto ao rompimento dos grilhões que impedem a contratação de professores ajustada a esta nova realidade; nada também se diz com relação à revisão dos conteúdos ensinados; nada quanto à urgência de se repensar a própria grade curricular; nada igualmente se argumenta sobre a necessidade de controle e revitalização da pesquisa (e aqui falo de um tipo de pesquisa que possa transbordar seus resultados ao desenvolvimento social, ou, ao menos, demonstrar os impedimentos, no organizacional, à sanidade do ator social). Trata-se de uma reivindicação, portanto, passível de ser interpretada como puro corporativo.

Um corporativismo, aliás, manifesto de forma velada, em outras “concessões” que a administração provê a uns poucos privilegiados. Basta se perguntar a qualquer aluno da ECA, por exemplo, se todos os cursos se desenvolvem, hoje, dentro da mais perfeita normalidade. A resposta será um peremptório não.⁶ Alguns docentes de renome abandonaram as salas de aula atraídos por salários condizentes em outros nichos do mercado, tanto do setor privado, quanto da própria esfera pública. As classes são, então, entregues a professores “convidados” ou “conferencistas”, remunerados com proventos que mal chegam ao valor de um mínimo atual e que, a despeito de serem, muitos deles, de inegável competência profissional, não poderão nunca ter compromissos permanentes com a organização, com seus alunos e com sua cultura. Por isso proponho, como primeira medida em defesa do ensino da Comunicação, uma auditagem nas estruturas das organizações públicas de ensino, tanto para balizar as fronteiras do seu funcionamento, quanto para, a partir daí, recomendar mudanças estruturais “de fato” que desatem os nós de seu funcionamento. E tal tarefa não poderá prescindir de uma avaliação acurada sobre os passos de seus corpos docentes, quanto aos trilhos dos seus conteúdos didáticos e com relação aos caminhos de suas pesquisas.

Talvez assim voltemos a ter um ensino que combine disseminação de teoria com práticas profissionais excelentes e que não nos envergonhe de ver estampadas em publicações que, na Universidade pública deveriam ter a função de treinar comunicadores de primeira linha — como no principal “jornal-laboratório” da mais importante Escola de Comunicação do País — erros tão grosseiros de gramática em um título de matéria, como o verificado na notícia ainda há pouco comentada.⁷ Assim, simbolicamente ou não, posso afirmar que não falta nesse exemplo particular de má prática do ensino do jornalismo, somente uma supervisão que mostre a importância da revisão como função jornalística; falta também a tal excelência advogada por um discurso superado.

Bibliografia

AZAMBUJA, Germano Augusto de. *A Comunicação Organizacional entre a Administração Facilitadora e as Práticas Prestidigitadoras nas Organizações*. Paper apresentado no II Congresso Virtual de Comunicação, promovido, via Internet, pela Comtexto Comunicação & Pesquisa, jun-jul., 2005. Disponível em: <http://www.comtexto.com.br/2convicomartigoGermanoAzambuja.htm>. Acesso em: 14 jan., 2006.

_____. *“Responsabilidade Social”: uma “filantropia” que ajuda a vender*. Comunicação & Estratégia, Revista Digital. Comtexto Comunicação & Pesquisa, v. 2, n. 2, jul., 2005. Disponível em:

⁶ Aqui deponho, não como profissional da Comunicação, mas como pai. Tenho uma filha cursando o segundo ano de jornalismo dessa Escola.

⁷ É inaceitável que uma publicação universitária estampe o título “*Docentes propõe novo modelo de ascensão*”, em um jornal que teria a tarefa de ensinar a se fazer jornalismo. O grifo é meu.

<http://www.comunicacaoempresarial.com.br/rev_artigos2GermanoAzambuja.htm>. Acesso em: 20 jul., 2005.

_____. *Entre o Branco e o Negro – as opções do funcionalismo público na comunicação organizacional entre as imposições sistêmicas e as negociações do mundo da vida*. 2003. 713 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2 v.

BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação Empresarial no Brasil: uma leitura crítica*. São Paulo: All Print Editora, 2005 (Coleção Comtexto de Comunicação).

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Trad. de Laura de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Trad. para o espanhol de Manuel Jiménez Redondo. Madri (Espanha): Taurus, 1987, 2 v.

IANNI, Octávio. *Teorias da Globalização*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KAMEDA, Elenice. *Docentes propõe [sic] novo modelo de ascensão*. *Jornal do Campus*. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1. quinzena, abr., p. 4.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. 4. ed. Nova edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Summus, 2003, p. 89.

_____. *Gestão Integrada da Comunicação Organizacional e os Desafios da Sociedade Contemporânea*. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo (SP): Pós-com/Umesp, a. 21, n. 32, p. 69-88, 2. sem., 1999.

LUHMANN, Niklas. *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Trad. de Eva Machado Barbosa Samios. *Diálogos Brasil-Alemanha nas Ciências Humanas*, n. 9, p. 7-111, Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/Goethe-Institut-ICBA, 1997.

_____. *A Improbabilidade da Comunicação*. Lisboa (Portugal): Vega, 1993.

MICKLETHWAIT, John & WOOLDRIDGE, Adrian. *Os Bruxos da Administração: como se localizar na babel dos gurus empresariais*. Trad. de Ana Beatriz Rodrigues & Priscila Martins Celeste. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PAGÈS, Max; BONETTI, Michel; GAULEJAC, Vincent de & DESCENDRE, Daniel. *O Poder das Organizações*. Trad. de Maria Cecília Pereira Tavares & Sonia Simas Favatti. São Paulo: Atlas, 1997.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SHAPIRO, Eileen C. *A Arte de Administrar: como se livrar dos mitos, modismos e gurus para alcançar resultados lucrativos*. Trad. de Lenke Peres. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

TORRÃO, David & ROBIM, Reniê. *A luta contra o veto de Alckmin*. *Socialismo Revolucionário*. Disponível em:

<<http://www.sr-cio.org/texto/juventude/vetogreve.htm>>. Acesso em: 13 abr., 2006.

WOOD JR., Tomaz. *Mais Leve que o Ar: gestão empresarial na era de gurus, curandeiros e modismos gerenciais*. São Paulo: Atlas, 1997.